

O FAZER PEDAGÓGICOS DE PROFESSORES DA EJA: EM SALAS COM ALUNOS SURDOS.

Thainá Trindade Lisboa; Bruna Cristina da S. Santos; Jane do Socorro de M. Cardoso¹

Universidade Federal do Pará-Campos Castanhal/ E-mail: thainalisboa1992@gmail.com.

Resumo: No processo de escolarização de pessoas com surdez um fator que pesa na qualidade do ensino/aprendizagem é o domínio da língua de sinais pelo professor regente, neste caso o convívio e a troca de valores e experiência será bem mais fácil e adequada, a instituição a qual deu-se a pesquisa é uma instituição privada, que para ajudar neste convívio buscou o auxílio de professores de Libras para ensinar os funcionários a manter um bom nível de diálogo com os alunos surdos, pois o ensino destes precisa ter a Língua de Sinais como o meio para o ensino das demais disciplinas. Com isto, o desenvolvimento dos alunos é percebido a cada dia, com o contato com sua língua materna, e o processo de evolução destes é muito bem apoiado pelos professores e funcionários. Garantindo o que a lei já prevê que o ensino de qualidade para todos, ainda que, a evasão escolar por parte de alguns alunos, ou por não adaptação aos métodos do professor, ou motivos pessoais, ainda aconteça, os professores buscam a confiança destes alunos e com isto, buscam fazer uma aula o mais, inclusiva possível. Ainda que a resistência de muitos ao uso do português, e necessidade de flexibilizar os conteúdos, para melhorar o ensino, é um fator que ajuda o professor a repensar sua prática pedagógica assumindo novas atitudes.

Palavras-chave: Escolarização, ensino, língua de sinais, surdez.

Introdução

O presente trabalho surge da necessidade de compreender como melhorar o fazer pedagógico de professores de alunos surdos, inseridos em uma turma regular da Educação de Jovens e Adultos-EJA, e como estas mudanças ajudam na diminuição da evasão escolar destes alunos. Levando em consideração que, nos cursos de formação de professores a disciplina de Libras está presente com carga horária de 60 horas, e que ainda assim este tempo não é suficiente para que o professor saia capacitado a atuar em uma sala regular com alunos surdos, é claro que o curso dá um norte, mas não é suficiente. Até por que, o contexto da escolarização de alunos surdos que passaram e evadiram de escolas regulares é uma realidade que na maioria dos casos não é bem-sucedida segundo Araújo e Dorziat (20...). Estes alunos já trazem uma rejeição ao português, pelo fato de o seu uso pelas comunidades surdas ser diferenciado.

Segundo Lacerda (2015), e considerando que a aquisição da linguagem é um processo evolutivo, no qual as crianças constroem hipóteses e fazem reorganizações discursivas, a responsabilidade da escola é marcante, indicando que aqueles que atuam nestes espaços de forma ampla, deveriam estar preparados para receber os alunos deficientes ou não. Desse modo cabe atuar no ambiente escolar já que, a língua/linguagem se desenvolve no fluxo das interlocuções. No caso dos alunos surdos, o contato com essa língua/linguagem dependerá da presença de usuários de Libras - sua língua de acesso a linguagem - e em muitos contextos educacionais, fundamentalmente, da presença do interprete de Libras, para mediar relações dialógicas entre interlocutores de línguas diferentes.

Todos temos o direito a educação garantido pela Constituição Nacional, no entanto não é o que realmente acontece, em alguns espaços esse direito não é assegurado como deveria ser, neste contexto entra a educação de pessoas com deficiência. E para entender melhor como é o processo de alfabetização de pessoas com surdez, movida pelo interesse e pelas dificuldades relacionadas ao tema abordado.

¹ Graduandas do Curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA); E-mail: thainalisboa1992@gmail.com; bruna_santos27@hotmail.com; moura.jane.jm@gmail.com

Levando em consideração a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB N° 9.394/1996) onde está expresso no Art. 2° que,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 8)

Com a afirmação da lei é necessário que o direito a educação seja assegurado para o pleno desenvolvimento da pessoa com surdez, para tanto foram pensados projetos como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de pessoas com alguma deficiência, mesmo com o atendimento direcionado a pessoa com deficiência, as salas regulares são os locais onde estas mais se desenvolvem, com isto o AEE fica em segundo plano para assegurar que o sujeito tenha seus direitos garantidos, também o Art. 3° da LDB afirma que,

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; (BRASIL, 1996, p. 9)

Metodologia

A presente pesquisa surge a partir do estágio em uma escola no Município de Benevides no Estado do Pará, em uma turma da EJA, o trabalho deu-se da observação das práticas pedagógicas da professora titular da turma e da busca desta por formação, com em cursos de Libras para atender as necessidades de seus alunos surdos. E a tentativa de acessibilizar o material pedagógico para que os alunos possam acompanhar de algum modo a turma e para que as aulas não sejam massacrantes e cansativas. Apesar de muitos surdos que não foram bem na escolarização na “idade certa”, e cresceram e hoje comunicam-se não por Libras, mas, por sinais caseiros. Freire, 1992 apud Araújo e Dorziat (20...).

Ensinar é a forma que toma o ato de conhecimento que o professor necessariamente faz na busca de saber o que ensina para provocar nos alunos seu ato de conhecimento também. Por isso, ensinar é um ato criador, ato crítico e não mecânico. A curiosidade do professor e dos alunos em ação se encontra na base do ensinar-aprender.

Os procedimentos adotados pela professora titular, são pensados para tentar melhorar o aprendizado dos alunos com surdez, de tal forma a ser usado materiais com figuras, para que possa associar palavras a objetos, e no processo de letramento os alunos possam criar frases utilizando imagens de quebra cabeça analisando a escrita e o entendimento dos alunos das regras para o uso da língua portuguesa. Já que, a língua de Sinais é uma língua com características próprias, que são usadas na escrita de seu sujeito usuário, neste caso a pessoa surda.

Para Quadros (1997), a proposta educacional deve tomar como base o uso da língua de sinais, pois esta é fruto de um contexto histórico construído pelas comunidades surdas, com isto, o trabalho feito na escola a qual ocorreu a observação é uma proposta bilíngue, onde há a busca pelo uso da Libras e o uso do Português como meio para integrar o ensino tanto para os surdos, como para os ouvintes, e com isto vencer a resistência que alguns alunos surdos tem com o relação ao português e a flexibilização das aulas e dos conteúdos é importante assim como o atendimento extra classe, ou seja um dia da semana é trabalhado especificamente com os alunos surdos para tentar nivela-los aos ouvintes.

Resultados e Discussão

Os princípios básicos a educação, garantidos na LDB citados acima não são suficientes para garantir a aprendizagem e a permanência da pessoa surda nas escolas regulares, entre tanto é preciso que o ambiente escolar favoreça o processo ensino-aprendizagem, onde é primordial que, para o desenvolvimento do sujeito o professor tenha domínio da língua de sinais no caso do surdo, segundo Quadros (1997), a língua de sinais é um meio para que o sujeito surdo tenha maior facilidade em aprender a língua em sua modalidade escrita e falada, pois quanto mais cedo é ensinando à língua de sinais, mais fácil será a aprendizagem, a língua de sinais é um facilitador para o processo de alfabetização da pessoa surda.

Ainda assim quando a língua de sinais é utilizada no processo de escolarização isso se faz de maneira equivocada, pois o ensino da língua de sinais não é tratado como direito do indivíduo surdo, mas como uma forma de ensinar a língua em sua modalidade escrita, sendo que a Libras é uma língua constituída de características próprias das comunidades de surdos, por esta razão é preciso que ela seja utilizada e ensinada levando em consideração o seu sujeito usuário, “no entanto, até o momento, a aquisição do português escrito para os sujeitos surdos, na maioria das escolas, é baseada no ensino do português para sujeitos ouvintes.”(ARAÚJO, 2015, p. 2). Com isto há um processo de exclusão da pessoa surda, é necessário que não só seja usada a Libras para o ensino do Português, mas que esta seja usada como Língua que é, e fruto de grandes conquistas para a comunidade surda, pois a Libras foi reconhecida como língua oficial no Brasil, sob a Lei 10.346 de abril de 2002, desde então somos um país com duas línguas oficiais, entre tanto a grande maioria da população desconhece a Libras.

Fato este que dificulta a inserção do sujeito no contexto social, pois a dificuldade de comunicação com as pessoas ouvintes é um complicador para a interação, e quando o problema começa, onde deveria ser a solução este processo fica bem mais complicado. Sabemos que a educação dita especial é um desafio para professores de salas regulares, e ainda mais quando a formação não ajudar este profissional a entender de que forma trabalhar com um aluno com deficiência, na fala de alguns professore, fica perceptível a falta de preparo para ensinar estes alunos.

Então o professor tenta correr atrás de meios para conhecer algo mais sobre a língua de seu aluno buscando formas para que este não passe pelo processo de escolarização sem nenhum aproveitamento, ou pelo menos tenta fazer algo para ajudar o aluno que muitas vezes não tem suporte nenhum.

Conclusões

A partir do estágio que vivenciamos foi possível perceber, que a prática pedagógica e a didática que há por traz da escolarização de alunos com surdez, é um processo diferenciado do ensino para alunos ditos “normais”, por conta da necessidade de acessibilização dos conteúdos programáticos e em alguns casos o professor tem que fazer sua aula em observação à Comunicação Total, e da obrigatoriedade de nas series iniciais o professor seja, ou pelo menos, deveria ser fluente em Libras já que, nas series iniciais o responsável pelo ensino e o profissional pedagogo que tem em sua formação o contato com a Língua de Sinais e com as diferentes deficiências, mesmo que de forma superficial.

A realidade vivenciada na escola não é diferente de muitas já existentes, a professora titular se esforça para tentar atender a todos os alunos, entre tanto os alunos surdos acabam ficando excluídos em algum momento, pois não é possível trabalhar com a comunicação total em cem por cento dos casos. Assim os alunos surdos acabam de copiar do quadro e começam a se dispersar, pois não entendem a explicação o que acaba em alguns casos frustrando tanto os alunos surdos quanto ao professor que não consegue dar o suporte necessário aos mesmos.

Referências

ARAÚJO, Joelma Remígio de; DORZIAT, Ana. **A inclusão de alunos surdos na EJA: desafios e perspectivas**. PPGE/UFPB [20...].

ARAÚJO, Luzia Cristina Nogueira de. **Alfabetização/Letramento para surdos: desafios à inclusão qualitativa**- PUCPR, 2015.



BRASIL. Lei nº 9.394/1996; LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LACERDA, Cristina Broglia F. **Interprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Editora Mediação – 2015, 6ª edição.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artemed, 1997.

Thainá Trindade Lisboa; Bruna Cristina da S. Santos; Jane do Socorro de M. Cardoso;

Universidade Federal do Pará-Campos Castanhal/ E-mail: thainalisboa1992@gmail.com.